



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS**  
**PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

**ERNI FERNANDES BEZERRA**

**O FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE**  
**CACIMBA DE AREIA - PB**

**JOÃO PESSOA – PB**

**2014**

**ERNI FERNANDES BEZERRA**

**O FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE  
CACIMBA DE AREIA - PB**

Monografia apresentada ao curso de Especialização Fundamento da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em Convênio com a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Ms. Regina Celly Nogueira da Silva

**JOÃO PESSOA – PB**

**2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

B574f Bezerra, Erni Fernandes  
O Fechamento das escolas do campo no município de  
Cacimba de Areia-PB [manuscrito] : / Erni Fernandes Bezerra. -  
2014.

35 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação:  
Práticas Ped. Interdisciplinares) - Universidade Estadual da  
Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2014.  
"Orientação: Profa. Ma. Regina Celly Nogueira da Silva,  
Departamento de Geografia".

1. Campo. 2. Escola. 3. Escolas rurais I. Título.

21. ed. CDD 379.2

## O FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE CACIMBA DE AREIA - PB

Monografia apresentada ao curso de Especialização  
Fundamento da Educação: Práticas Pedagógicas  
Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba,  
em Convênio com a Escola de Serviço Público do Estado  
da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção  
do grau de especialista.

Aprovada em: 17/05/2014.

*Regina Celly Nogueira da Silva*

---

Prof<sup>ª</sup> Ms. Regina Celly Nogueira da Silva  
Orientadora

*Alcilene da Costa Andrade*

---

Prof<sup>ª</sup> Ms. Alcilene da Costa Andrade

*Verônica Pessoa da Silva*

---

Prof<sup>ª</sup> Ms. Verônica Pessoa da Silva

JOÃO PESSOA – PB  
2014

À todas as crianças do campo na Paraíba, que assim  
como EU, lutam junto com as suas famílias, por uma  
educação de qualidade do/no campo.

**DEDICO!**

## AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa só se fez possível pela ajuda e compreensão de pessoas que, de uma forma ou de outra, contribuíram intensamente com este trabalho, às quais sou muito grato. Entre elas, gostaria de referendar a algumas que foram de primordial importância neste processo.

Em primeiro lugar, à minha orientadora, Prof<sup>ª</sup> Ms. Regina Celly Nogueira da Silva, que desde o início desta especialização me acolheu como orientando e me acompanhou até o final deste trabalho.

À Universidade Estadual da Paraíba, na pessoa do Coordenador do Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares, Prof<sup>º</sup>. Ricardo, pelo empenho e condução do processo.

Aos meus pais, Valdomiro Dantas (*in memoriam*) embora fisicamente ausente, sempre senti a sua força e a sua presença ao meu lado, dando-me força e coragem. A minha mãe Joana Fernandes que nos seus 91 anos de idade me ensina constantemente com a sua coragem de que o homem e mulher do campo são sujeitos acima de tudo resistentes e fortes.

À minha irmã Maildes Fernandes que me alfabetizou e foi a minha primeira professora na Escola do Campo.

Às professoras Cleonice Dantas (*in memoriam*) e Nicinha Otacílio, que foram as minhas professoras no Ensino Fundamental I, na Escola do Campo.

Aos meus irmãos pelo respeito e pela força que sempre me deram para seguir em frente com meus estudos.

A todos os professores do Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares, pela dedicação e paciência em socializar todos os conhecimentos.

Aos meus colegas de Curso pelo companheirismo e pelas contribuições compartilhadas.

Aos funcionários da UEPB que sempre estiveram presentes nos dando suporte.

A todos o meu muito obrigado!

*O ser humano, nas várias culturas e fases históricas, revelou essa intuição segura: pertencemos à Terra; somos filhos e filhas da Terra; somos Terra. Daí que homem vem de húmus. Viemos da Terra e a ela voltaremos. A Terra não está à nossa frente como algo distinto de nós mesmos. Temos a Terra dentro de nós. Somos a própria Terra que na sua evolução chegou ao estágio de sentimento, de compreensão, de vontade, de responsabilidade e de veneração. Numa palavra: somos a Terra no seu momento de auto-realização e de autoconsciência.*

*Leonardo Boff*



## RESUMO

Este trabalho aponta os reflexos do fechamento das escolas rurais/do campo no município de Cacimba de Areia-PB, visando analisar os principais problemas causados e as consequências da transferência dos estudantes – da escola rural para a cidade. Trouxemos assim um histórico sobre a Educação do Campo no Brasil e o panorama atual ao qual se configura. Refletimos sobre a importância do Movimento Sem-Terra (MST) para a construção da Educação do Campo e os reflexos deste no estado da Paraíba. Assim, mostramos um painel da Educação do Campo e as consequências do fechamento das escolas rurais, tendo por recorte o município paraibano de Cacimba de Areia.

**Palavras-chave:** Escolas rurais. MST. Educação do Campo.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1-Aluno João Henrique à espera do transporte Escolar no Município de Cacimba de Areia	28
Figura 2-Escola Rural de Ensino Fundamental Alcebíades Moreira (fechada).	29
Figura 3- Escola Rural de Ensino Fundamental José Campos Filho	30
Figura 4- E.M.E.F. Alcebíades Moreira – Comunidade do assentamento rural	31

## SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	11
2	EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONSTRUÇÃO, CONCEITO E TRAJETÓRIA.....	13
2.1	A EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO RURAL.....	16
2.2	O MST E A ESCOLA DO CAMPO.....	19
2.3	A CONTRIBUIÇÃO DO MST PARA A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO NA PARAÍBA.....	22
3	A EDUCAÇÃO RURAL NO MUNICÍPIO DE CACIMBA DE AREIA-PB.....	26
3.1	PANORAMA BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO RURAL.....	26
3.2	ESCOLAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE CACIMBA DE AREIA – PB.....	27
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	34

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A presente pesquisa aponta os reflexos do fechamento das escolas rurais/do campo no município de Cacimba de Areia-PB, visando analisar os principais problemas causados e as consequências da transferência dos estudantes – da escola rural para a cidade. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, baseada em revisão bibliográfica, entrevistas e visitas *in lócus*.

Altos são os índices de evasão escolar - por parte dos estudantes que moram no campo e estudam nas escolas urbanas - a maioria destes não conclui nem mesmo o Ensino Fundamental. Assim, procuramos apontar caminhos para a escola do/no campo, em oposição ao processo de racionalização das escolas rurais, dando enfoque aos elementos curriculares com atividades escolares e disciplinas com conteúdos relacionados à realidade camponesa.

A escola é o espaço sociocultural em que as diferentes identidades se encontram e se constituem, caracterizando-se, portanto, como um espaço importante para se educar com vias ao respeito às diferenças e, sobretudo não transformando-as em desigualdades. De acordo com Arroyo (2006), a escola do campo precisa buscar a sua própria identidade, para que, ao olharmos para sua proposta pedagógica possamos ver o homem do campo identificado nela. Sendo assim, é preciso que as questões curriculares incorporem saberes do campo, preparem o homem para a produção e o trabalho, para a emancipação, para a justiça, para a realização plena como ser humano.

Entendemos que essa temática nos traz à tona a questão da identidade do homem do campo como “ser” do campo e de que a escola venha ser o espaço pra sistematizar o problema em questão e apontar caminhos para que as prefeituras possam rever essa política de afastar os jovens do campo e da escola do campo para as escolas urbanas, com um objetivo econômico sem avaliar as consequências.

O presente texto está estruturado em seções. A primeira, trabalhamos o conceito, construção e trajetória da Educação do campo no Brasil. Em seguida, evidenciamos a diferença entre Educação do Campo e Educação Rural, a importância do MST para esta modalidade de educação e a contribuição deste movimento para a Paraíba.

Na seção seguinte, tratamos a Educação Rural no município de Cacimba de Areia-PB, para tanto, mostramos o panorama geral da Educação Rural no Brasil para só assim, adentrarmos de fato, na realidade educacional do município supracitado.

## 2 EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONSTRUÇÃO, CONCEITO E TRAJETÓRIA

De acordo com a Constituição Federal de 1988, artigo 205, a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho.

No que se refere à educação no meio rural, observa-se que esta foi relegada a espaços marginais nos processos de elaboração e implementação das políticas educacionais na realidade brasileira. Na trajetória da educação rural, o homem do campo foi concebido como exemplo de atraso, e a política educacional se organizavam em conformidade com os interesses capitalistas predominantes em cada conjuntura.

A educação do campo é uma realidade no campo das pesquisas educacionais no Brasil. Muitas abordagens estão sendo realizadas por vários pesquisadores. Segundo Rocha (*et al*, s/d) no Brasil, país de origem eminentemente agrária, a educação do campo não foi sequer mencionada nos textos constitucionais até o ano de 1891. “Esse fato evidencia o descaso dos dirigentes e as matrizes culturais centradas no trabalho escravo, na concentração fundiária, no controle do poder político pela oligarquia e nos modelos de cultura letrada europeia ‘urbanocêntrica’” (ROCHA, *et al*, s/d, s/p).

Ainda segundo as autoras supracitadas, esse panorama condicionou a história da educação escolar brasileira e deixou como herança um quadro de precariedade no funcionamento da escola do campo:

em relação aos elementos humanos disponíveis para o trabalho pedagógico, a infra-estrutura e os espaços físicos inadequados, as escolas mal distribuídas geograficamente, a falta de condições de trabalho, salários defasados, ausência de formação inicial e continuada adequada ao exercício docente no

campo e uma organização curricular descontextualizada da vida dos povos do campo (ROCHA, *et al*, s/d, s/p).

Estes são problemas educacionais que não estão situados apenas no meio rural, no entanto, este é o modelo de desenvolvimento implementado no campo brasileiro, excludente, que marca até hoje o modelo de educação adotado no Brasil.

A escola brasileira, até o início do século XX, serviu os interesses das elites, sendo inacessível para grande parte da população rural. Para estas, mulheres, indígenas, negros(as) e trabalhadores(as) rurais não precisavam aprender a ler e escrever, uma vez que, para desenvolver o trabalho agrícola o letramento era desnecessário.

A partir da década de 1950, com a desenvolvimento industrial e o discurso urbanizador que enfatiza a fusão entre os dois espaços, urbano e rural, faria desaparecer dentro de algumas décadas a sociedade rural, ou seja, “o campo é uma divisão sócio-cultural a ser superada, e não mantida” (MOREIRA *apud* ABRAÃO, 1989, p. 52).

Com o Golpe Militar de 1964, uma nova redefinição é trazida para o âmbito educacional, que:

com o fechamento dos canais de participação e representação impõe limites e controle aos segmentos populares aos bens educacionais e sociais. Educadores(as) comprometidos(as) e lideranças são perseguidas e exiladas, as universidades sofrem intervenções e os movimentos populares e sindicais são desarticulados, contudo o analfabetismo continuava a desafiar as elites dominantes que achavam que o Brasil tinha que se tornar uma potência no cenário internacional, para tanto organizaram durante esse período várias campanhas de alfabetização com o intuito de colocar o País no rumo do "desenvolvimento" (ROCHA, s/d,s/p).

É importante destacar então, a falta de políticas específicas para a educação do campo. Esse quadro vem a mudar na década de 1990 quando,

os movimentos sociais e sindicais, começam a pressionar de forma mais articulada pela construção de políticas públicas para a população do campo, de sorte a garantir a universalização do ensino, bem como a construção de propostas pedagógicas que respeitassem a realidade, as formas de produzir, de lidar com a terra, de viver e conviver dos povos do campo (ROCHA, *et al*, s/d, s/p).

Fato importante, nessa época, foi a aprovação das “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo” (Parecer no 36/2001 e Resolução 1/2002 do Conselho Nacional de Educação). Esse instrumento de luta que, vem se desencadeando um processo de mobilização e envolvimento social, na busca de fortalecer a construção de políticas públicas que garantam o acesso e permanência a Educação de qualidade para os povos do campo.

Muitos estudos realizados, como os de Leite (1999) e Calazans (1989), evidenciam que a educação rural no Brasil - até a década de 1990, está atrelada a um modelo de política econômica comprometido com as elites e ligada às oligarquias rurais.

Para Rocha (*et al*, s/d), os posicionamentos a favor da especificidade da educação do campo encontram uma crítica constante, pautada na seguinte premissa: ao estabelecer a especificidade da Educação do Campo, incorre-se no erro de dicotomizar o sistema de ensino, fazer uma oposição frontal entre rural e urbano, campo e cidade, matuto e cidadão. Em nome de uma pretensa unidade, o que se observa é o descaso em relação à população camponesa; o estabelecimento de uma política de “extensão” dos saberes “cultos” da “vida urbana” para o campo. Enfim, a escola do campo é tratada como um apêndice da escola urbana, precariamente estabelecida sobre bases estranhas à sua síntese social, que é responsável por sua condição de existência.



## 2.1 A EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO RURAL

É necessário, neste trabalho, deixarmos evidente a diferença existente entre Educação do Campo e Educação Rural. Segundo Alves (2013), a Educação do Campo surge através da luta de vários educadores e militantes do MST, que percebem a necessidade de se valorizar o espaço e as vidas dos sujeitos que habitam o campo, dando a estes o direito a uma educação adequada tanto a sua realidade, quanto as suas necessidades. Assim,

A Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto do país e de sociedade e nas concepções de política, de educação e de formação humana. (CALDART, *et al*, 2012. p. 259).

Ainda segundo Caldart (2012), a crítica que a Educação do Campo traz à Educação Rural está na contraposição de suas ideologias. Esta autora nos afirma que, a educação rural, seria aquela designada à manutenção da apropriação e desenvolvimento dos meios capitalistas de produção do espaço agrário. Comprometida com o agronegócio, desvincula a concepção de espaço rural como espaço de reprodução da vida dos trabalhadores, colocando-o apenas como produtor de mercadorias para a cidade, tanto de cunho nacional ou internacional.

O argumento para mudar o termo Educação Básica do Campo para Educação do Campo aparece nos debates de 2002, realizados no contexto da aprovação do parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 36/2001, relativo às Diretrizes Operacionais para a educação Básica nas Escolas do Campo (Brasil, 2001) e com a marca de ampliação dos movimentos camponeses e sindicais envolvidos nessa luta:

Temos uma preocupação prioritária com a escolarização da população do campo. Mas, para nós, a educação compreende todos os processos sociais de formação das pessoas como sujeitos de seu próprio destino. Nesse sentido, educação tem relação com cultura, com valores, com jeito de produzir, com formação para o trabalho e para a participação social (KOLLING, *et al*, 2002, p. 19).

A realidade que produz a Educação do Campo não é nova, mas ela inaugura uma forma de fazer seu enfrentamento. Ao afirmar a luta por políticas públicas que garantam aos trabalhadores do campo o direito à educação, especialmente à escola, e a uma educação que seja **no** e **do** campo (CALDART, 2012).

De 2004 até hoje, as práticas de educação do campo têm se movido pelas contradições do quadro atual, às vezes mais, às vezes menos conflituosos, das relações imbricadas entre campo, educação e políticas públicas. Houve avanços e recuos na disputa do espaço público e da direção político-pedagógica de práticas e programas, assim como na atuação das diferentes organizações de trabalhadores, conforme o cenário das lutas mais amplas e da correlação de forças de cada momento. O enfrentamento das políticas neoliberais para a educação e para a agricultura continua como desafio de sobrevivência.

O modo de fazer a luta pela escola tem desafiado os camponeses a ocupá-la como sujeitos humanos, sociais, coletivos, coma vida real por inteiro, trazendo as contradições sociais, as potencialidades e os conflitos humanos para dentro do processo pedagógico, requerendo uma concepção de conhecimento e de estudo que trabalhe com essa vida concreta. Isso tem exigido e permitido transformações na forma da escola, cuja função social originária prevê apartar os educandos da vida, muito mais do que fazer da vida seu princípio educativo. Acontece hoje, no âmbito da Escola do Campo, experimentos pedagógicos importantes na direção de uma escola mais próxima dos desafios de construção da sociedade dos trabalhadores.

Para os camponeses, ou seja, aqueles que residem e trabalham nas zonas rurais e recebem os menores rendimentos por seu trabalho, quando existe uma escola na área onde vivem, é oferecida uma educação na mesma modalidade da que é oferecida às populações que residem e trabalham nas áreas urbanas, não havendo nenhuma tentativa de adequar a escola rural à realidade camponesa.

Destinada a oferecer conhecimentos elementares de leitura, escrita e operações matemáticas simples, mesmo a escola rural multisseriada não tem cumprido esta função, o que explica as altas taxas de analfabetismo e os baixos índices de escolarização nas áreas rurais (RIBEIRO, 2010). Nos países latino-americanos, a educação rural voltada para o desenvolvimento econômico esteve, em determinado período histórico (que se iniciou nos anos 1930, se intensificou nos anos 1950-1960, e se estendeu até os anos 1970), associada à Reforma Agrária. No Brasil, porém, a educação rural, como mostra Silvana Gritti (2003), permanece relacionada a uma concepção preconceituosa a respeito do camponês, porque não considera os saberes decorrentes do trabalho dos agricultores.

Ensinar o manejo de instrumentos, técnicas e insumos agrícolas era o objetivo das escolas rurais de nível técnico, além do relacionamento com o mercado no qual o camponês teria de vender a sua produção para adquirir os “novos” produtos destinados a dinamizá-la, conforme registra a história da educação rural. Desta forma, a perda da autonomia dos agricultores, associada à imposição de um conhecimento estranho àquele que é “transmitido e aperfeiçoado de pai para filho, resultante da observação e da experimentação cotidiana, foi facilitada pela escola rural com a mediação da instituição denominada ‘clube agrícola’” (GRITTI, 2003, p. 121).

A educação rural transcende a escola destinada às populações que vivem em áreas rurais e garantem o seu sustento por meio do trabalho com e da terra, e, por isso, está articulada, de maneira indissociável, com este trabalho. Mas o vínculo com a terra, o meio de

produção que não resulta do trabalho e que é essencial à produção de alimentos – e, portanto, essencial à vida –, coloca a educação rural no cerne da luta de classes, mais precisamente, da formação do trabalhador para o capital e deste trabalhador para si, na condição de classe (RIBEIRO, 1987).

Pela lógica do modelo dominante, é a educação rural e não a Educação do Campo, que deve retornar à agenda do Estado, reciclada pelas novas demandas de preparação de mão de obra para os processos de modernização e expansão das relações capitalistas na agricultura, demandas que não necessitam de um sistema público de educação no campo. Porém, isso é confrontado pela pressão articulada que movimentos de trabalhadores camponeses continuam a fazer a partir de outras demandas e na direção de outro projeto.

## 2.2 O MST E A ESCOLA DO CAMPO

Com os movimentos sociais, a Educação Básica do Campo, ganha movimento e passa a ter uma dinâmica social, que é também um movimento sociocultural de humanização das pessoas que dele participam. Este movimento é resultado de tensões, lutas sociais, organizações e movimentos de trabalhadores da terra, que procuram mudar o jeito da sociedade olhar para o campo e seus sujeitos. Hoje, podemos afirmar que existe uma nova prática de escola que está sendo gestada neste movimento. O educador com a sua sensibilidade já é capaz de perceber que algo mudou em relação a Escola do Campo, e que precisa potencializar todos os elementos presentes nas diferentes experiências, e transformá-los em uma corrente consciente de construção da escola do campo como escolas que ajudem na humanização e reafirmação dos sujeitos do campo que traçam seu próprio destino e que possam ser protagonistas de sua própria história.

A luta dos trabalhadores pela terra e pela escola começa quase que ao mesmo tempo. As famílias Sem-Terra, no início dos anos 1980, começam uma mobilização pelo direito à escola, e pela possibilidade de ter uma escola que fizesse a diferença em suas vidas no presente e futuro. No início, eram apenas as mães e professoras que participavam da luta, depois os pais e algumas lideranças do Movimento, e aos poucos as crianças foram tomando lugar nas ações que venham a garantir sua própria escola. Uma luta não só por uma educação de qualidade, mas também por uma educação para a emancipação do trabalhador do/no campo. Assim, nasceu o trabalho com a educação escolar do Movimento Sem Terra (MST) e concomitantemente a educação do campo.

Desde o início dos anos 1980, a sociedade brasileira vem lutando pelo reconhecimento da educação como direito de todos. O movimento dos educadores e o movimento pedagógico progressista foram os grandes protagonistas dos avanços da educação como direito. E assim os estudantes foram às ruas pelo direito à escolarização. Entretanto, esse grito não chegou ao campo. E os sujeitos do campo (homens, mulheres, adolescentes e crianças) não estavam totalmente excluídos desse grito, porém, foram incluídos nele sem levar em consideração as suas especificidades. Conseqüentemente, como afirmam Arroyo, Caldart e Molina (2004), ficaram à margem. Daí, afirmamos que a luta pela educação no e do campo foi secundarizada pelos movimentos sociais rurais até o final da década de 1990.

Ainda na década de 80, no Nordeste, foi criado o EDURURAL – (Projeto Nordeste de Educação Rural), que tinha na sua proposta o objetivo de erradicar a miséria no campo e diminuir as tensões sociais por meio do incentivo à educação escolar. Na Paraíba, como em quase todo o Nordeste, o EDURURAL atuou apenas como política assistencialista do governo federal direcionada para os estados e municípios.

Foi ainda nessa mesma década que o MST realizou o “I Encontro Nacional”, em Curitiba-PR. O lema principal do encontro era o fortalecimento das lutas sociais na busca de

mudanças. Nos debates as discussões apontavam para uma incorporação de uma escola cidadã, como possibilidade democrática para a educação, trazendo também uma nova perspectiva para a educação do campo.

Na década de 1990, ocorreu o enfraquecimento do sistema público de Extensão Rural e das práticas em torno da educação popular. Esses projetos iniciados na metade do século, atraíram o interesse das organizações e movimentos populares pela educação escolar representadas, principalmente, por ações desenvolvidas pelos MST. Segundo Arroyo (2000), a crise de valores e representatividade que envolveu o mundo das organizações dos trabalhadores na década de 1990, fez com que a sociedade civil elaborasse uma nova e positiva forma de organização popular no campo. Esta nova forma é a responsável pela criação do Movimento por uma Educação do Campo.

Esse movimento teve início com a “I Conferência Nacional por uma Educação do Campo” realizada no estado de Goiás, 1998, cujo objetivo principal era recolocar o rural e a educação que a ele se vincula, na agenda política do país. E desta forma, implementar um projeto de desenvolvimento social e territorial para o Brasil que introduzisse no meio rural a educação como estratégia de inclusão (ARROYO, *et al*, 2004).

Como respostas às demandas dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais pelo direito à educação de qualidade surge, no ano de 1998, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). O PRONERA tem práticas e se projeta como política que afirma determinada concepção de educação, de Educação do Campo. Os sujeitos que o constituem estruturalmente o colocam como guardião das concepções originárias da Educação do Campo.

## 2.3 A CONTRIBUIÇÃO DO MST PARA A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO NA PARAÍBA

A primeira ocupação de terras feita pelo MST na Paraíba foi no dia 7 de abril de 1989, quando cerca de 150 famílias de trabalhadores rurais, oriundas de nove municípios da região do Brejo Paraibano, ocuparam a Fazenda Sapucaia, de propriedade do fazendeiro Camilo Oliver Cruz, com 2.400 ha, no município de Bananeiras. A fazenda era uma área de antigos conflitos de terra onde viviam em torno de 40 famílias de assalariados agrícolas em disputa permanente com o fazendeiro, reivindicando o uso da terra para o desenvolvimento de agricultura familiar e de subsistência já que, segundo o MST, a fazenda era improdutiva (OLIVEIRA e GARCIA, 2008). Os trabalhadores foram despejados de forma violenta, porém permaneceram acampados próximos à área até o dia 3 de setembro do mesmo ano. Em função da falta intervenção do Governo em termos de desapropriação da área, as famílias juntaram-se a outras, totalizando o número de 320 famílias e ocuparam a Fazenda Maniçoba, no município de Esperança, onde permaneceram acampadas por um longo período, aguardando a emissão de posse da área (LAZARETTI, 2007).

Desde 1985, após o Primeiro Congresso do MST, realizado em Curitiba, Paraná, no que participaram 25 lavradores do estado da Paraíba houve a disposição dos mesmos de fundar o Movimento (FERNANDES, 2000). Entre 1986 e 1987 várias foram as discussões a respeito da articulação dos sem-terra com sindicatos e trabalhadores rurais, dessas articulações criou-se a secretaria estadual do movimento (LAZARETTI, 2007). Sobre o assunto, Oliveira e García (2008) nos afirmam que, no ano seguinte o MST realizou cursos de formação e articulação de base em diversos municípios do estado, entre eles: Píripirituba, Guarabira, Cuitegi, Lagoa de Dentro, Mari, Alagoinha, Alagoa Grande, Araçagi, Bananeiras e Jacaraú. De 1991 em diante o MST-PB colocou-se, em termos de ação e mobilização, dentro da agenda do Movimento em nível nacional priorizando, entre outras coisas, o trabalho de

formação de lideranças e o desenvolvimento de novas técnicas educacionais junto aos trabalhadores, a grande maioria deles analfabetos e semianalfabetos. No Litoral da Paraíba o MST surge em Janeiro de 1993, sob a coordenação de Nilza Pessoa e Jaime Amorim, e alguns militantes de Pernambuco, que articulavam as terras do Abiá. Como afirma Pereira (2005):

Constata-se nesse período de acampamento uma presença contínua da militância do MST junto aos acampados, dialogando, orientando com firmeza e responsabilidade. O diálogo com base na Pedagogia Libertadora se fez presente entre o MST e os acampados. A luta pela conquista da terra iluminava todos os outros objetivos, uma militância vinculada às bases alimentada por uma mística e uma utopia (p. 139).

Segundo Oliveira e Garcia (2008), na Paraíba, existem no estado 36 assentamentos liderados pelo MST. Desses 36, apenas 06 possuem escolas dentro do próprio assentamento. Todas elas são coordenadas pelas Secretarias Municipais junto com o MST. A insurgência de movimentos sociais e organizações de classe, assim como de:

comissões combativas da Igreja Católica são evidências históricas de que o campo brasileiro nem sempre foi silenciado, muito embora a história oficial da formação territorial do Brasil nem sempre tenha evidenciado esse fato. Há, portanto, uma história e um refazer geográfico a serem resgatados e esse exercício se apresenta, tanto para os movimentos quanto para os pesquisadores, professores, trabalhadores e alunos implicados, como um caminho metodológico no processo de ensino – aprendizagem da geografia da luta pela terra e a reforma agrária no país (OLIVEIRA; GARCIA, 2008, p. 117).

Nos últimos 20 anos do século XX as reivindicações e lutas das famílias trabalhadoras sem-terra brasileiras repercutiram no mundo todo, projetando internacionalmente a sua luta, ampliando a sua escala de atuação significativamente.

Com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), já citado anteriormente, formula-se uma política pública de Educação do Campo a ser desenvolvida em



áreas de Reforma Agrária. Depois de 10 anos de atuação em todo o território nacional, e na Paraíba especificamente, constata-se o trabalho de um grande número de educadores que mobilizam recursos e esforços, se reúnem, debatem, estudam e refazem concepções e práticas educativas em escolas de comunidades camponesas, escolas família-agrícola, escolas dos reassentamentos do Movimento do Atingidos por Barragens (MAB), escolas de assentamentos e de acampamentos do MST e da CPT e escolas de comunidades indígenas e quilombolas (ARROYO, *et al*, 2004).

O conjunto de ações de apoio à educação do campo constitui o “Movimento Nacional Por uma Educação do Campo” o qual visa, com urgência, ouvir e entender a dinâmica social, cultural e educativa dos diferentes grupos que formam os povos do campo no Brasil. O Movimento visa reverter o tratamento que a escola no meio rural tem recebido durante longo período, enquanto “resíduo” do sistema educacional brasileiro (ARROYO, *et al*, 2004). A ideia de uma Educação do Campo nasce, sobretudo, de um olhar sobre o papel do campo dentro de um projeto de desenvolvimento territorial diferenciado para o país. O desafio colocado para a escola e os educadores é partir do entendimento dos processos educativos na diversidade de dimensões que os constituem enquanto processos sociais, políticos e culturais, formadores do ser humano e da própria sociedade.

A consciência de que a terra se conquista com a organização e luta dos trabalhadores levou o MST a vincular a ela o direito à educação para quem luta por e para o desenvolvimento social do campo. Para o Movimento, a educação é entendida como o processo de socialização e de transformação a partir da cultura. Com a criação de um Setor de Educação dentro do MST em 1987, estabelecido que todo acampamento e assentamento teriam uma escola, e de preferência que não fosse uma escola qualquer (CALDART, 2004).

Segundo Oliveira e García (2008), para o MST, o movimento educa as pessoas que dele fazem parte à medida que as coloca como sujeitos enraizados no movimento da história,

que vivem experiências de formação humana próprias do jeito da organização particular da luta de classes, principal forma em que se apresenta o movimento da história. Mesmo que cada pessoa não tenha consciência disso, cada vez que toma parte das ações do MST, fazendo sua tarefa específica, pequena ou grande, ela está ajudando a construir a identidade sem-terra, a identidade dos lutadores do povo, está se transformando e se reeducando como ser humano.

### **3 A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE CACIMBA DE AREIA-PB.**

#### **3.1 PANORAMA BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO RURAL**

Apesar de ter caído consideravelmente, nos últimos anos, o índice de analfabetismo no Brasil, entre os anos de 1940 e 2010, 9,6% da população brasileira com mais de 15 anos é analfabeta. No município de Cacimba de Areia, no estado da Paraíba, o índice de analfabetismo é de 12%, o que está acima da média nacional. No tocante a educação, a realidade do município de Cacimba de Areia-PB apresenta 59% da população com 10 ou mais anos de idade, sem instrução ou ensino fundamental incompleto. No nível superior, apenas 1,8% da população possui esse grau de ensino.

Segundo o Portal Jurídico<sup>1</sup>, nos últimos cinco anos, foram fechadas 13.691 escolas brasileiras que funcionavam no campo. O número foi apresentado, no Ciclo de Debates Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável, no ano de 2012, pela diretora de Políticas para Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais do Ministério da Educação (MEC), Macaé Evaristo. Ao avaliar a situação, Macaé Evaristo afirmou que o Ministério tem consciência e convicção de que é preciso um grande investimento para melhorar a educação no campo.

A cada dia, em média, são fechadas oito escolas na zona rural no Brasil. Nos últimos dez anos, 32,5 mil escolas rurais deixaram de existir no país, conforme indica um levantamento da Folha de S. Paulo, baseado em dados do Censo Escolar<sup>2</sup>. Em 2013, 3.296 unidades escolares foram fechadas. Em 2003, o país tinha 103,3 mil escolas no campo. Agora, restam cerca de 70 mil. As prefeituras e estados alegam que o problema são os custos para a

---

<sup>1</sup> Investidura Portal Jurídico. Disponível em: <http://www.investidura.com.br>

<sup>2</sup> Notícia extraída da página Bahia Notícias em 03 de março de 2014.

manutenção das unidades. Para evitar o fechamento das escolas rurais, o governo federal enviou, há dois anos, um projeto ao Congresso Federal, que foi aprovado pelo Senado no dia 26 de fevereiro. A medida aguarda a sanção da presidente Dilma Rousseff. O Projeto de Lei Complementar (PLC) 98/2013 altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para “fazer constar exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino” para o fechamento desse tipo de escola. O PLC também estabelece que a comunidade escolar deverá ser ouvida e a secretaria de Educação de cada estado deverá justificar a necessidade de encerrar as atividades escolares.

### 3.2 ESCOLAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE CACIMBA DE AREIA – PB.

O município de Cacimba de Areia situa-se na região centro-oeste do Estado da Paraíba, Mesorregião Sertão Paraibano e Microrregião de Patos. Limita-se ao norte com o município de Quixaba, leste com Passagem, sul com Cacimba e Teixeira, oeste com São José do Bonfim e Patos. Suas principais atividades econômicas estão nos setores da agricultura, pecuária e comércio.

Este município, segue a regra da maioria dos municípios brasileiros, com grande parte das escolas do campo fechadas ou em processo de fechamento. As causas são diversas e vão desde a falta de estrutura física à falta de políticas públicas voltadas para educação do/no campo, que procure valorizar os sujeitos do campo como seres da terra. Na secretaria de educação do município não há se quer uma coordenação específica para educação do campo. Fica também evidente de que não há nenhum treinamento ou formação dos professores para trabalharem com a Educação do Campo. Questionada sobre se há algum projeto em convênio com o Governo Federal, a secretária afirma que não há nenhum, e que duas escolas do

município foram contempladas com o projeto PROINFO<sup>3</sup>, porém falta infraestrutura para que esses projetos possam funcionar, e que os mesmo correm o risco de não vir a sequer ser instalados.



**Figura 5-**Aluno João Henrique à espera do transporte Escolar no Município de Cacimba de Areia.  
**Fonte:** Acervo pessoal do autor.

No Município de Cacimba de Areia o pequeno João Henrique, 7 anos, estuda no 2º ano do ensino fundamental I, na Escola Municipal Capitulina Sátiro que fica localizada na cidade e sente as consequências do fechamento das Escolas do Campo. Sua mãe, Lúcia Xavier, 31 anos, estudou até o 5º ano na Escola Municipal Rural de Ensino Fundamental Dimas Trajano e concluiu o ensino fundamental II, na Escola Aldo Sátiro Xavier (localizada na zona urbana de Cacimba de Areia) afirma que não concluiu o ensino médio devido às dificuldades, o transporte sempre quebrava, as estradas dificultavam muito o percurso principalmente no período de chuvas. Segundo Lúcia, *“A escola em que estudei ficava perto de casa. Se ela ainda estivesse funcionando, gostaria que meu filho estudasse lá. Ele ainda é*

---

<sup>3</sup> Programa Nacional de Tecnologia Educacional, é um programa educacional com o objetivo de promover o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica. Fonte: <http://portal.mec.gov.br>

*pequeno. Não está certo ir tão longe.*" Lígia Xavier, avó dele, conta que o ônibus pega o menino às 12h, mas ele só chega à classe às 13h, e a volta para casa acontece por volta das 18h:30. O tempo para ir e voltar é quase o mesmo que ele passa estudando. O ônibus escolar também é usado pelos trabalhadores da região e a estrada que corta o município e que leva até a cidade está em condições precárias. O veículo quebra muito e as chuvas deixam o caminho intransitável. A viagem até a escola da cidade garante o acesso à escola, porém, gera desgaste, muitas faltas e até mesmo a evasão ou a reprovação de muitos alunos.

A jovem Luana Xavier, concluiu o ensino médio na cidade de Cacimba de Areia, no ano de 2011, e afirma que parou de estudar porque teria muita dificuldade ir até a cidade de Cacimba de Areia e de lá ter de se deslocar até o centro mais próximo, que é a cidade de Patos, para poder ter acesso a um curso de ensino superior.

Assim como a Luana existem muitos adolescentes e jovens que param de estudar ou deixam as suas casas a procura de uma escola nos grandes centros de onde não voltam mais. As escolas que ficam localizadas nas comunidades: Carnaúba dos Borges, Riacho de Areia, Emas, São Francisco, Serra Preta estão todas fechadas.



**Figura 6**-Escola Rural de Ensino Fundamental Alcebiades Moreira (fechada). **Fonte:** Acervo pessoal do autor.

Questionada sobre a reabertura dessas unidades, a Secretaria Municipal de Educação diz que isso não é uma possibilidade. Hoje temos apenas três escola do campo em

funcionamento, que são: Escola Municipal de Ensino Fundamental José Campos Filho, na comunidade de Cacimba de Boi, a Escola Municipal de Ensino Fundamenta José Duarte Dantas, na comunidade da Liberdade e a Escola Municipal de Ensino Fundamental Luzia Borges, na comunidade Carnaúba dos Borges. *“O maior problema está na infraestrutura das escolas que não oferecem o mínimo de condições para seu funcionamento como, como água tratada, refeitórios e cantinas”*, diz a secretária Madalena Silva.

A Escola Municipal Rural de Ensino Fundamental José Campos Filho, que segundo a secretária encontra-se em reforma, funciona duas salas de aula, uma de ensino infantil e outra multisseriada. Em visita a escola, percebe-se que as condições são realmente precárias, banheiros com portas quebradas, sem lâmpadas elétricas, carteiras quebradas, não dispõem de água tratada, falta material para fazer e servir a merenda escolar, não possui local adequado para armazenar os alimentos. A professora Rosivânia Nunes, relata que os alimentos não perecíveis ficam na própria escola, já as frutas, verduras e carnes tem de ser levadas para sua casa onde ficam acondicionadas em um freezer. *“Caso não possuísse um freezer na minha casa, fico imaginando como seria com esses alimentos, ficariam estragados”*, afirma a professora.



**Figura 7-** Escola Rural de Ensino Fundamental José Campos Filho. **Fonte:** Acervo pessoal do autor.

A Escola Municipal Rural de Ensino Fundamental José Duarte Dantas, é a única que oferece uma infraestrutura adequada, com duas salas, uma educação infantil e outra multisseriada. A escola possui proteção externa, salas adequadas, refeitório, cantina.

A Escola Municipal Rural de Ensino Fundamental Luzia Borges também em funcionamento, porém nessa escola, os estudantes não dispõem de transporte, e esse é um dos motivos para evasão escolar, começou o ano letivo com 16 alunos e hoje só conta com 12.



**Figura 8-** E.M.E.F. Alcebiades Moreira – Comunidade do assentamento rural. **Fonte:** Acervo pessoal do autor.

A Escola de Ensino Fundamental Alcebiades Moreira, representa a falta de compromisso com o dinheiro público, encontra-se abandonada, sendo invadida pela vegetação e entrando em estado de abandono total. E essa não é a única escola no Município que foi abandonada e demolida, a exemplo das escolas das comunidades do Belo Monte e Riacho de Areia.



#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Podemos considerar que, o fechamento das escolas rurais (do campo) é uma medida econômica decorrente da junção de várias escolas menores e consequente criação de uma só na cidade. O valor gasto com o transporte é bem inferior ao gasto para manter as escolas do campo em funcionamento. Com isso, os alunos são obrigados a se deslocar todos os dias para a cidade, o que aumenta o cansaço, dificulta o aprendizado e pode provocar a migração.

Esperamos que o Projeto de Lei Complementar (PLC) 98/2013 altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para “fazer constar exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino” para o fechamento desse tipo de escola. O PLC também estabelece que a comunidade escolar deverá ser ouvida e a secretaria de Educação de cada estado deverá justificar a necessidade de encerrar as atividades escolares, venha realmente barrar o fechamento das escolas do campo.

Para o melhoramento e uma verdadeira implementação de Educação do Campo no município de Cacimba de Areia - PB, é necessário que este crie escolas-pólos no campo, procurando concentrar em uma delas, grande parte dos alunos que moram no campo, visando sempre diminuir a distância entre as suas residências e a escola e estimulando a permanência do homem do campo no campo.

As escolas-pólos devem estimular programas que busquem melhorar a qualidade do desempenho escolar em classes multisseriadas das escolas do campo. Entre as principais estratégias devem estar: capacitação de professores e implantação de recursos pedagógicos que estimulem a construção do conhecimento.

É importante também, criar um Fórum de Educação do Campo que articule políticas públicas que congreguem movimentos e organizações sociais vinculadas às questões do campo no município, juntamente com outras organizações da sociedade civil, universidades

públicas, assim como representantes de órgãos governamentais, todos vinculados à temática da educação do campo e do desenvolvimento territorial rural.

Utilizar os prédios das escolas do campo para implantar o PROJovem RURAL (programa do Governo Federal), na modalidade EJA (Educação de jovens e Adultos), voltado para jovens agricultores e agricultoras familiares. O currículo deve integrar a escolarização de nível fundamental com qualificação social e profissional, tomando como referência as especificidades do campo.

## REFERÊNCIAS

ABRAÃO, J. **O Educador a caminho da roça: notas introdutórias para uma conceituação da educação rural.** Mato Grosso Sul, 1989.

ALVES, D. S. CEGEO - um curso especial de formação em Geografia, com diretriz na Educação do Campo. **Revista Tamoios.** São Gonçalo, ano 09, n. 2, págs. 29 – 37, jul/dez 2013.

ARROYO, M. **Ofício de Mestre.** Petrópolis: Vozes, 2000.

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. **Por uma educação do campo.** Petrópolis: Vozes, 2004.

**Brasil.** Congresso Nacional. LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394/96.

CALAZANS, M. J. Para Compreender a Educação do Estado no Meio Rural. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 3ª ED., São Paulo: Ática, 1989.

CALDART, R. S. Educação do Campo. In: CALDART, R. S. et. al. (org.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica Joaquim Venâncio, Expressão Popular. 2012.

**Constituição Federal.** 1988. Disponível em: [http://www.fumec.br/cerai/docs/constituicao\\_federal\\_de\\_1988.pdf](http://www.fumec.br/cerai/docs/constituicao_federal_de_1988.pdf) . Acesso em: 20 de abril de 2014.

FERNANDES, B. M. **A Formação do MST no Brasil.** 1ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

GRITTI, S. M. **Educação rural e capitalismo.** Passo Fundo: UPF Editora, 2003.

KOLLING, E. J.; NERY, Ir.; MOLINA, M. C. **Por uma educação do campo.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. (Coleção Por uma Educação Básica do campo, n. 1).

LAZZARETTI, M. A. **A produção a ação coletiva no MST**: relações de poder e subjetividade. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

LEITE, S.C. **Escola Rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

OLIVEIRA, M. E.; GARCÍA, M. F. Luta, resistência e educação do campo: o MST na Paraíba. Espaço em Revista. vol. 10 nº 1 jan/dez. 2008. p. 107 – 129.

PEREIRA, Antonio Alberto. **Além das cercas**: um olhar educativo sobre a reforma agrária. João Pessoa: Ideia, 2005.

**Portal Jurídico**. Disponível em: <http://www.investidura.com.br/noticias/328-almg/269219-fechamento-de-escolas-compromete-educacao-no-campo> . Acesso em: 19 de abril de 2014.

RIBEIRO, M. **Movimento camponês, trabalho e educação**: liberdade, autonomia e emancipação: princípios/fins da formação humana. – 1. ed. – São Paulo, Expressão Popular, 2010.

ROCHA, E. N.; PASSOS, J. C.; CARVALHO, R. A. **Educação do Campo**: um olhar panorâmico. S/d. Disponível em: [http://educampoparaense.locasite.com.br/arquivo/pdf/18Texto\\_Base\\_Educacao\\_do\\_Campo.pdf](http://educampoparaense.locasite.com.br/arquivo/pdf/18Texto_Base_Educacao_do_Campo.pdf) . Acesso em: 19 de abril de 2014.